

Memória institucional como patrimônio cultural educacional: a trajetória do Colégio Politécnico da UFSM

Institutional memory as educational cultural heritage: the trajectory of the UFSM Polytechnic College

Memoria institucional como patrimonio cultural educativo: la trayectoria del Colegio Politécnico de la UFSM

Daniela de Mello¹
Fernanda Kieling Pedrazzi²

Recebido em: 9 mar. 2026
Aceito para publicação em: 30 abr. 2026

Resumo: O presente artigo analisa a constituição da memória institucional do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como patrimônio cultural educacional, compreendendo-a como elemento estruturante da identidade acadêmica

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, RS, Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, especialista em Gestão Pública e arquivista pela UFSM. Técnica administrativa em Educação na UFSM. *E-mail:* daniela.mello@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8589-9820>.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, RS, Brasil. Doutora em Letras, mestra em Engenharia de Produção e bacharelada em Comunicação Social/Jornalismo e em Arquivologia pela UFSM. Professora associada do Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural. *E-mail:* fernanda.k.pedrazzi@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6242-8764>.

e das práticas formativas desenvolvidas ao longo de sua trajetória. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamenta-se em revisão de literatura sobre documento arquivístico, patrimônio cultural e memória institucional e na análise de fontes arquivísticas institucionais, articulada à coleta de narrativas de sujeitos vinculados à história da instituição. A interpretação de documentos normativos, registros administrativos, fotografias e relatos de memória permitiu estruturar o percurso institucional em três fases históricas – Escola Agrotécnica de Santa Maria, Colégio Agrícola de Santa Maria e Colégio Politécnico da UFSM –, evidenciando permanências, transformações e redefinições identitárias ao longo de 65 anos. Argumenta-se que a sistematização da memória institucional ultrapassa a dimensão administrativa e configura-se como prática de construção patrimonial no campo educacional, contribuindo para o fortalecimento da identidade acadêmica e para o reconhecimento do patrimônio cultural educacional como campo legítimo de investigação nas instituições de ensino.

Palavras-chave: patrimônio cultural educacional; memória institucional; documento arquivístico; identidade acadêmica.

Abstract: This article analyzes the constitution of the institutional memory of the Federal University of Santa Maria (UFSM) Polytechnic College as educational cultural heritage, understanding it as a structuring element of academic identity and of the formative practices developed throughout its trajectory. The study adopts a qualitative, descriptive-analytical approach, grounded in a literature review on archival records, cultural heritage, and institutional memory, as well as in the analysis of institutional archival sources articulated with the collection of narratives from individuals linked to the institution's history. The interpretation of normative documents, administrative records, photographs, and memory accounts made it possible to structure the institutional trajectory into three historical phases: the Santa Maria Agrotechnical School, the Santa Maria Agricultural College, and the UFSM Polytechnic College, evidencing continuities, transformations, and identity redefinitions over 65 years. It is argued that the systematization of institutional memory transcends its administrative dimension and constitutes a practice of heritage construction within the educational field, contributing to the strengthening of academic identity and to the recognition of educational cultural heritage as a legitimate field of research in educational institutions.

Keywords: educational cultural heritage; institutional memory; archival records; academic identity.

Resumen: El presente artículo analiza la constitución de la memoria institucional del Colegio Politécnico de la Universidad Federal de Santa Maria (UFSM) como patrimonio cultural educativo, comprendiéndola como un elemento estructurante de la identidad académica y de las prácticas formativas desarrolladas a lo largo de su trayectoria. La investigación adopta un enfoque cualitativo y de carácter descriptivo-analítico, fundamentado en una revisión de la literatura sobre documento archivístico, patrimonio cultural y memoria institucional, así como en el análisis de fuentes archivísticas institucionales articuladas con la recolección de narrativas de sujetos vinculados a la historia de la institución. La interpretación de documentos normativos, registros administrativos, fotografías y relatos de memoria permitió estructurar el recorrido institucional en tres fases históricas: Escuela Técnica Agrícola de Santa Maria, Colegio Agrícola de Santa Maria y Colegio Politécnico de la UFSM, evidenciando continuidades, transformaciones y redefiniciones identitarias a lo largo de 65 años. Se

argumenta que la sistematización de la memoria institucional trasciende su dimensión administrativa y se configura como una práctica de construcción patrimonial en el ámbito educativo, contribuyendo al fortalecimiento de la identidad académica y al reconocimiento del patrimonio cultural educativo como campo legítimo de investigación en las instituciones de enseñanza.

Palabras clave: patrimonio cultural educativo; memoria institucional; documento archivístico; identidad académica.

INTRODUÇÃO

A compreensão da memória institucional como processo em permanente construção permite interpretar a trajetória do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) além de uma sequência cronológica de fatos. Conforme destaca Costa (1997), a memória institucional constitui um permanente jogo de informações, construído nas práticas discursivas que atravessam a vida da instituição. Nesse processo, o instituído expressa-se por meio de normas, estruturas administrativas, denominações oficiais e tradições consolidadas, enquanto o instituinte se manifesta nas transformações pedagógicas, na ampliação da oferta formativa e nas reconfigurações identitárias ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a memória institucional não se apresenta como um registro neutro do passado, mas como uma construção marcada por escolhas, ausências e diferentes formas de atribuição de sentido, que influenciam a maneira como a trajetória é narrada e reconhecida.

Com 65 anos de atuação na educação básica, técnica e tecnológica, o Colégio Politécnico teve origem na Escola Agrotécnica de Santa Maria, passando posteriormente à denominação de Colégio Agrícola de Santa Maria, até consolidar-se como Colégio Politécnico da UFSM. Tais modificações destacam a convivência entre permanência e mudança, o que marca seu percurso histórico. As alterações de nome, a diversificação de cursos e a ampliação do público atendido não representam apenas ajustes administrativos, mas indicam transformações que contribuíram para redefinir sua identidade acadêmica. Ao mesmo tempo, a tradição na formação técnica e a continuidade de determinadas práticas pedagógicas preservam traços do instituído, assegurando certa estabilidade simbólica na trajetória institucional.

Essa dinâmica confirma a perspectiva de Pollak (1989), ao afirmar que a memória desempenha papel fundamental na manutenção da coesão dos grupos e na definição de seus lugares e complementaridades. Sustentada por documentação arquivística e pelas narrativas produzidas pelos sujeitos que participaram de sua história, a memória institucional do colégio revela-se como elemento estruturante da identidade acadêmica e como parte integrante do patrimônio cultural educacional.

Observa-se, entretanto, que a memória institucional nem sempre é organizada de modo a evidenciar sua dimensão patrimonial, permanecendo, muitas vezes, fragmentada em registros administrativos dispersos. A sistematização desses documentos e narrativas constitui, portanto, não apenas exercício historiográfico, mas estratégia de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural educacional no campo das instituições de ensino.

O objetivo deste artigo é analisar, por meio da organização e interpretação de documentação arquivística e das narrativas institucionais, como a memória institucional do Colégio Politécnico da UFSM constitui patrimônio cultural educacional. Ao sistematizar os registros produzidos ao longo de mais de seis décadas de existência, o estudo busca ampliar o debate sobre memória institucional como prática de construção patrimonial no campo da educação. Trata-se de um recorte da dissertação intitulada *A memória*

institucional do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria como patrimônio cultural, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM.

A transformação da estrutura institucional e a ampliação da oferta formativa ao longo do tempo demonstram, de maneira concreta, esse processo de reconfiguração e redefinição identitária. Nesse contexto, coloca-se como questão de pesquisa compreender de que modo a memória institucional, ao ser organizada, selecionada e narrada, participa da construção de uma determinada identidade acadêmica e de seu reconhecimento como patrimônio cultural educacional.

Além desta introdução, o artigo está organizado em cinco seções. Inicialmente, apresenta-se a metodologia da pesquisa, na qual são descritos os procedimentos de investigação. Em seguida, discutem-se o patrimônio cultural e a educação patrimonial como fundamentos para a preservação da memória. Na sequência, aborda-se a relação entre identidade e memória institucional. Posteriormente, apresenta-se a trajetória histórica do Colégio Politécnico da UFSM. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os principais resultados da pesquisa.

METODOLOGIA

Esta pesquisa insere-se no campo dos estudos aplicados, adotando abordagem qualitativa e natureza descritivo-analítica. O objeto de investigação é o Colégio Politécnico da UFSM, instituição com mais de seis décadas de atuação no campo da educação básica, técnica e tecnológica no estado do Rio Grande do Sul.

Parte-se do entendimento de que os documentos arquivísticos constituem fontes privilegiadas de informação e memória, capazes de evidenciar processos históricos e identitários. Essa compreensão aproxima-se da concepção de documento como registro produzido no exercício de funções institucionais, marcado pela organicidade, pela autenticidade e pelo contexto de produção que lhe confere significado (Bellotto, 2006; Duranti, 1996). Com base em tal perspectiva, definiram-se como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, a análise documental e a coleta de narrativas de sujeitos vinculados à instituição.

A revisão de literatura sustentou as categorias centrais do estudo – documento arquivístico, patrimônio cultural e memória institucional –, oferecendo suporte teórico à interpretação dos dados. Na etapa seguinte, procedeu-se à análise de fontes primárias, com destaque para documentos preservados no Arquivo Permanente do Colégio Politécnico da UFSM e no Departamento de Arquivo Geral (DAG) da UFSM. Entre os materiais examinados estão livros de atas, resoluções, ofícios, registros administrativos e fotografias institucionais, compreendidos como registros que documentam decisões, transformações e marcos relevantes da trajetória da instituição. Complementarmente, no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria foram consultadas reportagens e notas jornalísticas para contextualizar acontecimentos institucionais e ampliar a compreensão pública da trajetória do colégio.

No que se refere aos documentos textuais, adotou-se leitura contextual e interpretativa, considerando sua função institucional, o contexto histórico de produção e as relações que estabelecem com outros documentos do mesmo conjunto. A análise levou em conta o vínculo orgânico entre os registros e as atividades que lhes deram origem, em consonância com as reflexões de Bellotto (2006) e Duranti (1996).

As fotografias foram examinadas como documentos portadores de informação e memória. Em diálogo com Kossoy (2020), compreende-se que a imagem fotográfica

representa um recorte da realidade e comporta múltiplas possibilidades de leitura. Reconhecem-se, portanto, seus limites enquanto representação histórica e sua relevância como fonte para a compreensão das práticas e do cotidiano institucional.

Além da documentação textual e fotográfica, aplicaram-se questionários com questões abertas a gestores, docentes, técnicos administrativos e alunos egressos. A seleção dos participantes ocorreu de modo intencional, considerando a relevância de suas trajetórias para a compreensão da história do colégio, bem como indícios identificados na análise documental prévia. As narrativas coletadas foram analisadas à luz da concepção de memória como construção social e elemento de coesão dos grupos (Pollak, 1989; Candau, 2023), possibilitando identificar convergências, lacunas e diferentes perspectivas sobre os processos institucionais.

A participação dos sujeitos ocorreu de forma voluntária, mediante convite individual, sendo assegurados os princípios éticos da pesquisa. Os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e sobre o uso das informações fornecidas, manifestando sua concordância por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi garantido, ainda, o direito de não participação ou desistência a qualquer momento, bem como a confidencialidade das informações, respeitando a decisão dos colaboradores quanto à identificação ou ao anonimato de seus relatos. Considerando a natureza da pesquisa, baseada na coleta de narrativas por meio de aplicação de questionários, com abordagem de caráter não sensível e sem exposição de riscos aos participantes, bem como seu enquadramento como estudo de natureza histórica e documental, entendeu-se não haver necessidade de submissão ao Comitê de Ética. Nesse contexto, destaca-se que as narrativas mobilizadas na pesquisa se inserem em uma perspectiva orientada por uma pauta positiva, voltada à trajetória institucional e às experiências dos sujeitos.

Foram listados quatro grupos de respondentes: gestores, docentes, técnicos administrativos e alunos egressos do Colégio Politécnico da UFSM, selecionados de forma intencional com base em sua relevância para a compreensão da trajetória institucional, conforme indicado pela análise documental prévia. Ao todo, houve aproximadamente trinta participantes, distribuídos nesses grupos, com o objetivo de contemplar distintas experiências e perspectivas sobre a história do colégio. Os questionários abordaram temas relacionados à trajetória dos participantes no Colégio Politécnico, às experiências de gestão e às transformações institucionais vivenciadas, bem como à memória institucional, ao legado da instituição, ao patrimônio cultural e à preservação da memória, incluindo percepções sobre as contribuições individuais e coletivas para a construção e o fortalecimento da identidade institucional.

As respostas obtidas por meio dos questionários foram analisadas de maneira interpretativa, sendo articuladas às fontes documentais e visuais examinadas ao longo do estudo. Tal abordagem dialoga com Delgado (2003, p. 23), ao afirmar que “as narrativas são traduções dos registros das experiências retidas, contêm a força da tradição e muitas vezes relatam o poder das transformações. História e narrativa, tal qual História e memória, se alimentam”. Nesse sentido, a análise buscou identificar convergências, lacunas e diferentes perspectivas sobre os processos institucionais, compreendendo as narrativas como construções de memória, marcadas por experiências, interpretações e sentidos atribuídos pelos sujeitos.

A articulação entre documentos arquivísticos e narrativas permitiu estruturar a trajetória institucional em três fases históricas – Escola Agrotécnica de Santa Maria, Colégio Agrícola de Santa Maria e Colégio Politécnico da UFSM –, evidenciando continuidades, transformações e ressignificações identitárias em seu percurso.

PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

A memória da sociedade encontra no patrimônio cultural uma de suas principais formas de preservação. Para Nora (1993, p. 14), “a memória é vida, carregada por grupos vivos, em permanente evolução, aberta à dialética entre lembrança/esquecimento”. Embora frequentemente associada ao passado, a noção de patrimônio cultural expressa também o presente e contribui para a compreensão das identidades coletivas construídas ao longo do tempo, indo ao encontro da afirmação de Araripe (2004), ao ressaltar a memória como base de referência para a compreensão das mudanças sociais. Nesse sentido, o patrimônio cultural reúne pessoas e acontecimentos que testemunham períodos vividos, funcionando como elo entre passado, presente e futuro, sendo fundamental que a sociedade como um todo tenha consciência da necessidade de preservar o patrimônio cultural.

No Brasil, o reconhecimento jurídico do patrimônio cultural teve como marco inicial o Decreto-Lei n.º 25/1937, que definiu patrimônio como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937, art. 1.º). Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 ampliou essa noção ao reconhecer como patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, art. 216).

O patrimônio cultural apresenta, portanto, um conceito amplo, revelando-se por meio de elementos materiais e imateriais (Maltêz *et al.*, 2010), proporcionando a valorização da memória de um grupo social no tempo e no espaço. Prats (2000) compreende o patrimônio como uma construção social, resultante daquilo que a sociedade valoriza e considera digno de preservação, independentemente de sua utilidade prática atual. Essa perspectiva dialoga com Gonçalves (2009), ao afirmar que o patrimônio não se limita à representação simbólica, mas atua como mediador entre diferentes dimensões da vida social, contribuindo para a formação das pessoas.

O patrimônio cultural, além de registrar a história de um povo, também contribui para reforçar a ideia de pertencimento, seja por costumes ou tradições passadas de geração em geração. Não há como desconectá-lo da memória, sendo justamente por meio da lembrança coletiva que determinados bens ganham significado e valor para diferentes comunidades (Nora, 1993; Prats, 2000).

A valorização do patrimônio cultural está intrinsecamente ligada à educação. Por meio da educação patrimonial, diferentes grupos sociais podem reconhecer, compreender e atribuir sentido aos bens que compõem sua história e identidade (Araripe, 2004). A educação patrimonial, nesse contexto, revela-se uma estratégia fundamental não apenas para a preservação dos bens culturais, mas também para o fortalecimento de vínculos coletivos, a construção do pertencimento e a preservação da memória, pois, de acordo com Florêncio (2009, p. 23), as comunidades são “as verdadeiras detentoras do patrimônio cultural”.

Conforme destacam Gil e Possamai (2014), as práticas de educação patrimonial devem ultrapassar abordagens centradas apenas na transmissão de conhecimentos e na preservação dos bens culturais, possibilitando reflexões sobre as relações entre patrimônio, memória e sociedade e sobre significados atribuídos a esses bens ao longo do tempo. Nessa perspectiva, o patrimônio deixa de ser compreendido como um conjunto

estático de bens a serem preservados e passa a ser entendido com base em processos históricos e sociais que envolvem sua seleção, valorização e apropriação.

Tal compreensão dialoga com Possamai (2012), ao apontar que aquilo que se reconhece como patrimônio não permanece inalterado ao longo do tempo, mas resulta de escolhas e da atribuição de valores em determinados contextos históricos. Assim, compreender o patrimônio requer considerar também os interesses envolvidos no processo, os grupos que dele participam e aqueles que não são contemplados por essas escolhas.

A educação patrimonial visa instigar a reflexão sobre o patrimônio como parte integrante das vivências cotidianas dos indivíduos, promovendo o reconhecimento dos significados que ele representa. Em contextos institucionais, como o das instituições de ensino, a educação patrimonial contribui para o reconhecimento de trajetórias, saberes e práticas que constituem a base da memória institucional. Nesse sentido, o patrimônio documental assume papel central, pois reúne registros administrativos, pedagógicos e simbólicos que permitem reconstruir a história da instituição e fortalecer sua identidade enquanto patrimônio cultural. Le Goff (2013) lembra que todo documento é também um monumento, pois carrega escolhas, intenções e traços da sociedade que o produziu, um testemunho que, ao permanecer no tempo, ajuda a compreender como identidades, práticas e valores foram construídos.

Essa compreensão torna especialmente relevante a análise dos documentos institucionais do Colégio Politécnico da UFSM, entendidos não apenas como registros administrativos, mas como monumentos que materializam escolhas, práticas e valores construídos ao longo de sua trajetória.

IDENTIDADE E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Preservar a memória de uma instituição de ensino, seja ela pública ou privada, constitui uma forma de contribuir para a história da educação brasileira. Saviani (2013, p. 29) destaca:

Propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos, mas também necessitamos conhecer.

Além da dimensão histórica, a memória institucional desempenha também uma função social no interior das organizações educacionais. Conforme assinala Pollak (1989, p. 9), a memória contribui para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis”.

Candau (2023) complementa essa reflexão ao afirmar que a força das memórias, sejam elas individuais ou coletivas, depende da coerência do campo memorável, isto é, da estruturação do conjunto de lembranças a partir de um momento de origem e de uma sucessão de fatos. Essa compreensão contribui para refletir sobre a importância de organizar e sistematizar a trajetória histórica das instituições de ensino, de modo a fortalecer a memória institucional e a identidade acadêmica.

No contexto das instituições educacionais, a preservação dessa memória demanda mais do que a simples evocação de lembranças, exigindo esforço, intencionalidade e a criação de instrumentos formais que possibilitem sua permanência ao longo do tempo. Segundo Nora (1993), os lugares de memória emergem da percepção de que a memória

não se sustenta por si só, tornando necessária a criação de arquivos, celebrações e outros registros formais. Nesse sentido, os documentos arquivísticos e as práticas institucionais desempenham papel fundamental na sustentação da memória coletiva.

Aplicada ao Colégio Politécnico da UFSM, instituição objeto deste artigo, tal perspectiva permite compreender a memória institucional como elemento relevante para a construção de sua identidade acadêmica. Nesse contexto, os documentos arquivísticos, aliados às narrativas dos sujeitos que vivenciaram a trajetória da instituição, constituem fontes que possibilitam analisar a formação dessa memória institucional e sua relação com o reconhecimento do patrimônio cultural educacional.

Com base nessas perspectivas teóricas, especialmente na compreensão de memória como construção social (Pollak, 1989; Candau, 2023), a seção seguinte apresenta a trajetória histórica do Colégio Politécnico da UFSM, buscando compreender os processos que marcaram a construção de sua memória institucional.

DE ESCOLA AGROTÉCNICA DE SANTA MARIA A COLÉGIO POLITÉCNICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

O Colégio Politécnico da UFSM é uma Unidade de Educação Básica, Técnica e Tecnológica vinculada à UFSM, cuja ligação está prevista na Lei n.º 11.892³, de 29 de dezembro de 2008. Conforme dispõe o artigo 4.º da referida lei, essas escolas “são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se precipuamente à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação” (Brasil, 2008, art. 4.º). O colégio está situado na região central do Rio Grande do Sul, no município de Santa Maria, e fica dentro do *campus* sede da UFSM.

O Colégio Politécnico tem como missão “promover educação básica, técnica e tecnológica, visando a construção do conhecimento e o desenvolvimento sustentável”; como visão, “ser uma instituição de excelência na educação básica, técnica e tecnológica, comprometida com o desenvolvimento da sociedade, de modo inovador e sustentável”; e, como valores, “desenvolver sua ação pedagógica alicerçada nos seguintes valores: Ética, Justiça, Democracia, Comprometimento, Responsabilidade, Compromisso social e cidadania, Inovação, Sustentabilidade, Respeito à identidade e à diversidade” (UFSM, 2025, p. 11).

A compreensão da trajetória histórica do Colégio Politécnico, portanto, exige um olhar atento para os marcos institucionais, as transformações administrativas e pedagógicas, bem como os vínculos que ele estabeleceu ao longo do tempo com diferentes setores da própria UFSM e da sociedade.

Escola Agrotécnica de Santa Maria (1961 a 1968)

A criação da Escola Agrotécnica de Santa Maria foi oficializada pela Lei n.º 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961, vinculando-a ao Ministério da Agricultura e subordinando-a à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Antes mesmo da sanção presidencial, a aprovação do projeto já havia sido divulgada pela imprensa local, conforme noticiado pelo jornal *A Razão* na matéria “Câmara aprovou a criação da Escola Agro-Técnica”

³ A Lei n.º 11.892/2008 define as escolas técnicas vinculadas às universidades federais como parte integrante de sua estrutura organizacional.

(1961, p. 8), demonstrando o interesse regional em torno da implantação da instituição. A repercussão nos jornais indica que a criação da escola foi percebida como conquista coletiva, inscrevendo-se desde o início na memória pública da cidade.

A primeira formação oferecida foi o Curso Colegial Agrícola, instituído pelo Decreto n.º 14.529, de 11 de dezembro de 1962, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 4.024/1961). Integrado ao então segundo grau e ofertado em regime de tempo integral, o curso articulava formação teórica e prática nas áreas de agricultura e pecuária, respondendo às demandas produtivas da região central do Rio Grande do Sul.

A solenidade de instalação da escola, realizada em 9 de março de 1963, constituiu marco simbólico do início de suas atividades. A ata da cerimônia (figura 1), registrada no primeiro livro de atas da instituição e atualmente sob a guarda do Arquivo Permanente do Colégio Politécnico da UFSM, materializa formalmente o ato fundador e registra as ideias que orientaram sua criação, especialmente a defesa do ensino agrícola como eixo estratégico para o desenvolvimento regional e nacional.

Os documentos arquivísticos não garantem apenas o acesso à informação, mas também desempenham papel essencial na organização administrativa e na preservação histórica das instituições. Indolfo (2007, p. 29) ressalta:

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória.

Sob a perspectiva da memória institucional, esse registro assume valor patrimonial ao conservar o testemunho escrito do momento inaugural da trajetória da escola. Mais do que registrar o evento inaugural, o documento evidencia o modo como a instituição constrói e legitima sua própria origem, selecionando acontecimentos e discursos que passam a integrar sua memória oficial.

A primeira turma ingressou em 1963, com 86 estudantes matriculados, e concluiu o curso em 1965, formando 66 técnicos agrícolas. A solenidade de formatura representou a afirmação do projeto pedagógico inicial e foi amplamente divulgada pela imprensa local, ressaltando o reconhecimento social da proposta formativa e sua inserção no contexto regional. Os documentos desse período, como atas, decretos e notícias, não se limitam a registrar decisões administrativas; revelam também a construção de uma identidade vinculada à formação técnica agrícola, tornando-se referência da memória institucional e integrando o patrimônio cultural educacional associado à origem da escola.

Figura 1 – Ata de instalação da Escola Agrotécnica de Santa Maria em 1963

9/3/63

Ata de Instalação

Aos nove dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e três em uma das salas da Faculdade Politécnica da Universidade de Santa Maria, às oito horas, presentes as autoridades episcopais a folha dois, tiveram lugar os atos solenes da instalação da Escola Agrotécnica de Santa Maria, criada pela lei, dito Decreto 10407 (dez mil, quatrocentos e setenta e sete) de doze de março de mil novecentos e cinquenta e nove e dez mil, novecentos e oito de quatorze de outubro de mil novecentos e cinquenta e nove. Em trabalhos preparatórios da instalação foi celebrada uma missa solene pelo Monsenhor - ~~imprimi~~ assistida pelos alunos habilitados e autoridades presentes. Às oito horas e trinta minutos o professor Ben-Hur Maximiano coordenador da Escola Agrotécnica, fez uso da palavra num breve histórico rememorou a criação da Escola. A seguir convidou para organização da mesa diretora o Exmo. Dr. José Maximiano da Rocha Filho, magnífico Reitor da Universidade de Santa Maria, o Dr. Eribelto Vilhena, Engenheiro Agrônomo credenciado pela Secretaria de Educação e Cultura para ministrar a aula Inaugural, Monsenhor Cordeiro Nunes, Deputado Nelson Marquesan, Representante da 3ª DI, Raimundo Marcel de Oliveira, Dr. Ari Bento Costa, diretor da Faculdade de Agronomia, professor Raphael Randolfo, superintendente do Ensino Industrial e professor Jorge Turcato, subsecretário do Ensino Técnico. Dando início aos trabalhos, pronunciou o Sr. Reitor Magnífico brilhante discurso, que vai transcrito "in-totum" a folha de números três, muito aplaudido pelos presentes passou em prosseguimento a palavra ao Engenheiro Agrônomo Eribelto Vilhena a fim de que fosse ministrada a Aula Inaugural. Com a palavra disse que o Brasil em tela sobre o ensino agrícola nos Estados Unidos e em particular na Universidade "Purdue" onde ora passou de um recente estágio, disse das necessidades da difusão de métodos modernos de ensino técnico comparando estatisticamente o ensino ministrado no Brasil e o dos Estados Unidos. Com conhecimento de causa, fez um retrospecto da vida de escolas de ensino técnico.

Fonte: Livro de atas, 9 mar. 1963, p. 1 (Escola Agrotécnica de Santa Maria, 1963-1986). Arquivo Permanente do Colégio Politécnico da UFSM

Nos primeiros anos de funcionamento, a escola passou por ajustes administrativos e mudanças na direção, características comuns de instituições em fase de estruturação. Ainda assim, a continuidade das atividades acadêmicas e o aprimoramento das práticas pedagógicas demonstram a estabilidade do projeto formativo.

Em 25 de janeiro de 1968, por meio do Decreto-Lei n.º 62.178, a escola foi transferida para a UFSM, passando a denominar-se Colégio Agrícola de Santa Maria. A mudança de vinculação administrativa representou etapa decisiva no processo de integração do ensino técnico ao ambiente universitário, inaugurando uma nova fase na trajetória da instituição.

Colégio Agrícola de Santa Maria (1968 a 2006)

A transição de Escola Agrotécnica para Colégio Agrícola de Santa Maria (CASM), formalizada em 1968, marca um momento decisivo na estabilização da unidade junto à universidade. A ata de reunião realizada em março daquele ano registra a transferência administrativa para a organização universitária, evidenciando a inserção formal do colégio na estrutura da UFSM e a redefinição de sua vinculação ao Ministério da Educação. Esse movimento não se restringiu a uma alteração burocrática: representou a incorporação do ensino agrícola técnico à lógica acadêmica da universidade, redefinindo sua posição na estrutura universitária e ampliando seu alcance regional.

A formalização dessa integração foi reforçada por atos normativos subsequentes, como o Decreto-Lei n.º 627/1969, que transferiu os servidores do colégio para o quadro da universidade, estabilizando juridicamente a vinculação da escola à UFSM. Tais documentos, preservados em arquivos institucionais e publicados em Diário Oficial, constituem marcos da construção da identidade administrativa do CASM, ao mesmo tempo em que revelam a articulação entre políticas federais e projeto educacional local.

A autenticidade, a integridade e o contexto das informações registradas conferem ao documento arquivístico relevância especial para pesquisas que buscam reconstruir trajetórias institucionais. Conforme destaca Duranti (1996), essas características transformam o documento em elemento fundamental para a compreensão do passado institucional.

Paralelamente às transformações administrativas, mantiveram-se práticas pedagógicas vinculadas à formação técnica agrícola. Registros fotográficos preservados no Arquivo Permanente da instituição apontam a centralidade da articulação entre teoria e prática na cultura escolar do período. Sob a perspectiva de Kossoy (2020), a fotografia deve ser compreendida como documento histórico produzido em determinado contexto social, portador de intencionalidades e significados que ultrapassam sua aparência imediata. Nesse sentido, fotografias e demais registros visuais do cotidiano escolar não se limitam a ilustrar acontecimentos, mas constituem fontes para a reconstrução da memória institucional ao materializarem práticas formativas e relações pedagógicas que estruturaram a identidade do colégio.

As cerimônias de formatura, igualmente documentadas, revelam outra dimensão dessa identidade: a ritualização da passagem do estudante à condição de profissional técnico. A presença de autoridades universitárias nas solenidades reforçava o reconhecimento do ensino técnico no interior da UFSM, configurando momentos de legitimação simbólica e de reafirmação do pertencimento à comunidade universitária.

Ao longo das décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 1990, o CASM passou por um processo de expansão e diversificação de sua oferta formativa. A implantação de novos cursos técnicos como Informática, Administração, Agroindústria, Geomática e Jardinagem indica movimento de redefinição do perfil institucional, que deixou de se restringir exclusivamente à área agrícola para incorporar formações vinculadas a diferentes eixos tecnológicos. Editais, atas de implantação e portarias ministeriais demonstram que essa diversificação foi acompanhada por planejamento interno e articulações com os colegiados superiores da universidade e o Ministério da Educação.

No início dos anos 2000, uma alteração relevante na organização pedagógica aprofundou tal redefinição. Em 2003, o curso técnico em Agropecuária passou a ser ofertado de forma desvinculada do ensino médio concomitante, ampliando modalidades de ingresso e fortalecendo a distinção entre formação geral e formação técnica. Essa

reorganização evidencia transformações estruturais que prepararam o processo de alteração da denominação institucional, formalizado em 2006.

Além dos registros normativos e administrativos, os depoimentos de gestores, docentes, servidores técnico-administrativos e egressos, levantados para a escritura da dissertação em Patrimônio Cultural na UFSM de que resulta este artigo, revelam a dimensão imaterial da memória institucional. Expressões como “segunda casa⁴”, “minha segunda família⁵” e “sem preservar a memória não há história⁶” indicam que a identidade do colégio não foi construída apenas por atos oficiais, mas também por vínculos afetivos, experiências compartilhadas e trajetórias profissionais que atravessaram gerações. Tais manifestações, assim como muitas outras identificadas nos depoimentos, comprovam que a memória ultrapassa o plano administrativo e se inscreve na dimensão simbólica da experiência coletiva, reafirmando o caráter imaterial do patrimônio educacional construído ao longo das décadas. Essas narrativas, portanto, não expressam apenas vivências individuais, mas participam ativamente da construção de sentidos compartilhados sobre a instituição, contribuindo para o fortalecimento de sua memória coletiva.

Os relatos demonstram que a construção histórica do CASM e, posteriormente, do Colégio Politécnico resultou de esforço coletivo, envolvendo direção, docentes, estudantes e comunidade universitária, aspecto evidenciado nas narrativas que ressaltam os vínculos construídos ao longo do tempo e o sentimento de pertencimento à instituição. Como expressou um dos participantes, “todos os professores e servidores tiveram papel relevante para o crescimento do colégio, pois ninguém faz nada sozinho”, destacando ainda que o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, “sempre na mesma direção”, pode ter “sido o principal motivo do sucesso do Colégio Politécnico⁷”. A articulação entre memória individual e memória coletiva, conforme propõe Halbwachs (2006), permite compreender que a identidade institucional não se constitui apenas por meio de documentos formais, mas também das experiências vividas e rememoradas pelos sujeitos que participaram de sua história.

Colégio Politécnico da UFSM (2006-presente)

No desdobramento dessas transformações institucionais e identitárias, a alteração do nome para Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, oficializada em 2006, marcou também a formalização de um processo de ampliação que vinha sendo gestado ao longo das décadas anteriores. A mudança, instituída por resolução universitária, materializa juridicamente a redefinição institucional da unidade, cujo perfil formativo já não se restringia exclusivamente à área agrícola.

⁴ Expressão registrada em questionário aplicado no âmbito desta pesquisa, em 2025, por uma servidora técnico-administrativa aposentada do Colégio Politécnico da UFSM.

⁵ Expressão registrada em questionário aplicado no âmbito desta pesquisa, em 2025, por uma docente aposentada do Colégio Politécnico da UFSM.

⁶ Frase registrada em questionário aplicado no âmbito desta pesquisa, em 2025, por um ex-diretor do Colégio Politécnico da UFSM, cuja atuação ocorreu no período em que a instituição ainda se denominava Colégio Agrícola de Santa Maria (CASM).

⁷ Frase registrada em questionário aplicado no âmbito desta pesquisa, em 2025, por um ex-diretor do Colégio Politécnico da UFSM, cuja atuação ocorreu durante o período de transição de CASM para Colégio Politécnico.

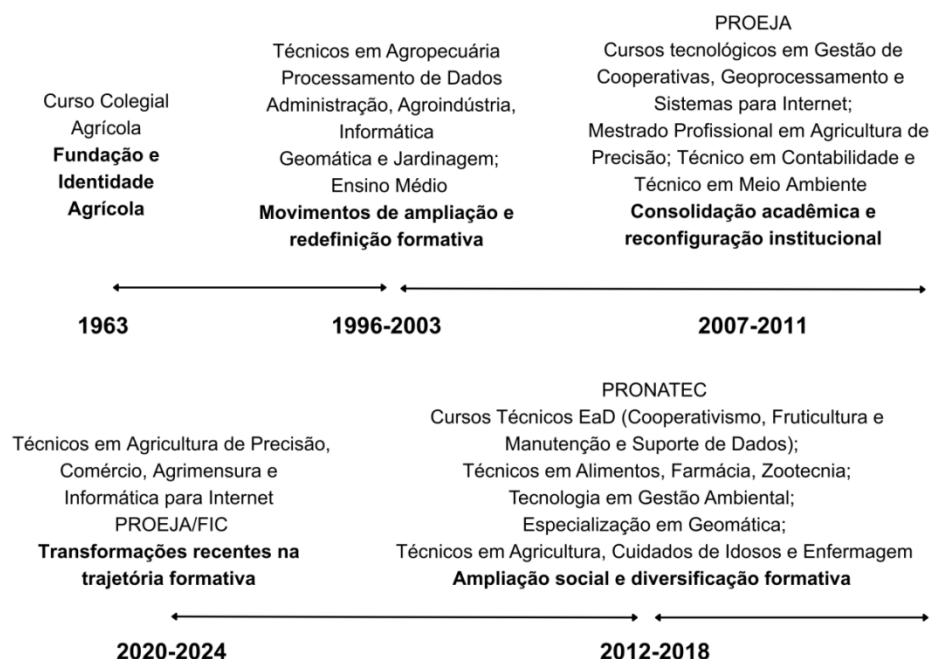
O termo “politécnico” passou a expressar, simbolicamente, a diversificação dos eixos tecnológicos incorporados à oferta educacional, sem romper com a origem agrícola da instituição e com a memória construída ao longo de sua trajetória. A partir desse momento, observa-se uma ampliação significativa da missão institucional, com a abertura a novos públicos e modalidades. Em 2007, a adesão ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) evidenciou o compromisso social do colégio com políticas de inclusão educacional. A articulação entre formação técnica e educação de jovens e adultos reafirmou seu papel como espaço de qualificação profissional vinculado ao desenvolvimento humano.

Paralelamente, a inserção do colégio no processo de expansão das universidades federais, impulsionado pelo Reuni⁸, resultou na implantação dos primeiros cursos superiores de tecnologia em 2009, ampliando sua atuação para o ensino superior. A criação do Mestrado Profissional em Agricultura de Precisão, instituído em 2011, consolidou sua presença na pós-graduação *stricto sensu*, atestando a capacidade de articular formação técnica, inovação tecnológica e pesquisa aplicada.

A diversificação da oferta formativa, sistematizada na figura 2 por meio da cronologia de implantação dos cursos, demonstra que a identidade politécnica se construiu progressivamente, pela incorporação de novos eixos tecnológicos e a ampliação dos níveis de ensino. A organização desses dados permite visualizar não apenas a expansão quantitativa da instituição, mas também o percurso de transformação de seu perfil acadêmico. Nesse processo, a memória institucional atua como registro e interpretação dessas mudanças, convertendo a trajetória formativa em referência identitária. Mais do que sintetizar a expansão formativa, a figura 2 expressa o processo de reconfiguração identitária da instituição, indicando como a diversificação dos cursos acompanha transformações no papel social do colégio ao longo do tempo.

No plano da gestão institucional, destaca-se a eleição da primeira diretora mulher na história do Colégio Politécnico, marco que evidencia transformações nas formas de liderança e representação interna. Em seu segundo mandato, sua gestão insere-se em contexto de fortalecimento acadêmico, refletindo a continuidade do processo de amadurecimento organizacional vivenciado nas últimas décadas.

⁸ Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007.

Figura 2 – Síntese da trajetória formativa do Colégio Politécnico da UFSM (1963-2024)


Fonte: Elaboração própria com base em documentos institucionais do Colégio Politécnico da UFSM (1963-2024)

Além da dimensão normativa, a consolidação do Colégio Politécnico também se expressa no patrimônio imaterial construído ao longo do tempo. Depoimentos de egressos e servidores indicam que a identidade da instituição se estrutura em torno da integração entre teoria e prática, do vínculo com a comunidade e da valorização das relações humanas no processo formativo. Como aponta um dos respondentes, “foi ali que aprendi a importância de conectar teoria e prática, e de ver a educação como uma ferramenta de mudança social”; ao mesmo tempo, destaca que o colégio sempre “valorizou o vínculo com a comunidade e o trabalho colaborativo entre docentes, alunos e o meio produtivo⁹”, o que permite compreender como esses elementos se articulam na experiência formativa e na construção da identidade institucional.

Projetos de extensão, como a Polifeira do Agricultor, reforçam essa dimensão social ao articular formação técnica, desenvolvimento territorial e economia solidária, ampliando o alcance comunitário da instituição. Da mesma forma, a criação de periódico científico próprio¹⁰ evidencia a maturidade acadêmica alcançada, ampliando sua inserção na produção e disseminação do conhecimento.

Aos 65 anos, em 2026, o Colégio Politécnico da UFSM apresenta uma estrutura diversificada que reúne aproximadamente 2.400¹¹ estudantes distribuídos entre o ensino médio seriado anual, 20 cursos técnicos subsequentes, quatro cursos superiores de

⁹ Frase extraída de resposta ao questionário aplicado no âmbito desta pesquisa, em 2025, por um egresso do Colégio Politécnico da UFSM.

¹⁰ *Revista de Gestão de Cooperativas* (RGC), periódico científico vinculado ao Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criado em 2014.

¹¹ Número aproximado, com base em dados administrativos institucionais e informações oficiais da UFSM referentes ao ano de 2025.

tecnologia e dois programas de pós-graduação. Essa configuração institucional exprime a concretização de um projeto educacional ampliado, que ultrapassa a formação agrícola original e incorpora diferentes eixos tecnológicos, conforme sintetizado anteriormente (figura 2).

A consolidação do ensino médio, especialmente a partir da segunda década dos anos 2000, contribuiu para projetar o colégio no cenário educacional regional. Os resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ao longo das últimas edições reforçam sua inserção entre as instituições de destaque no sul do país, ressaltando a articulação entre formação técnica e desempenho acadêmico.

Tal configuração demonstra que a fase politécnica incorporou novos níveis e eixos formativos sem afastar-se das bases históricas que marcaram sua origem agrícola, estabelecendo uma posição ampliada no interior da UFSM. Esse processo salienta não apenas a expansão das atividades institucionais, mas também a reconfiguração de sua identidade acadêmica ao longo do tempo, articulando tradição e inovação na construção de sua memória institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do Colégio Politécnico da UFSM mostrou que a memória construída ao longo de sua existência, quando sistematizada e interpretada à luz da documentação arquivística e das narrativas de seus sujeitos, se configura como patrimônio cultural educacional.

A história da instituição não se restringe a uma sucessão de atos administrativos ou alterações de nomenclatura, mas revela um percurso marcado por continuidades e transformações que tecem sua identidade acadêmica ao longo de 65 anos. A estruturação desse percurso em três fases – Escola Agrotécnica de Santa Maria, Colégio Agrícola de Santa Maria e Colégio Politécnico da UFSM – evidenciou que as mudanças ocorridas dialogaram com políticas públicas educacionais, demandas sociais e reconfigurações internas da própria universidade. A ampliação da oferta formativa e a incorporação de novos níveis e eixos tecnológicos não representaram ruptura com a tradição agrícola, mas reinterpretação e ressignificação de suas bases históricas.

A documentação arquivística analisada desvelou que registros administrativos, normativos e fotográficos comprovam decisões institucionais e materializam projetos, valores e escolhas que sustentaram a construção da identidade do colégio. De acordo com Almeida e Silva (2013, p. 6), “os documentos armazenados nos arquivos escolares configuram o patrimônio educativo de cada instituição e tornam possível escrever o itinerário da instituição”. Compreendidos como documentos patrimoniais, esses registros ultrapassam a função probatória e passam a integrar a memória coletiva, demonstrando que o patrimônio educacional se forma tanto na materialidade dos arquivos quanto nas experiências compartilhadas pelos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Ao examinar a memória e como ela se constitui como patrimônio cultural educacional, o estudo contribui para o campo ao constatar que a sistematização de acervos e narrativas não se limita à preservação de informações históricas, mas participa da produção de sentidos identitários e do fortalecimento da dimensão simbólica das instituições de ensino. Ao deslocar a memória institucional do plano meramente comemorativo para o âmbito da construção patrimonial, a pesquisa amplia o debate sobre o patrimônio cultural educacional como categoria analítica e prática institucional.

Por fim, ao responder à questão proposta neste estudo, salienta-se que a memória institucional participa da construção da identidade acadêmica e de seu reconhecimento

como patrimônio cultural educacional por meio da articulação entre documentos arquivísticos (textuais e iconográficos) e narrativas dos sujeitos, cuja organização, seleção e interpretação conferem sentido à trajetória institucional.

Além disso, destaca-se a importância da preservação e organização dos acervos institucionais, bem como da sistematização contínua dos registros documentais e das narrativas dos sujeitos que integram a vida institucional. Ao considerar que essas memórias estão diretamente vinculadas às experiências dos indivíduos, reforça-se a necessidade de seu registro ao longo do tempo, de modo a evitar sua dispersão e apagamento. Nesse sentido, a pesquisa também busca contribuir para a sensibilização de outras instituições quanto à relevância da recuperação, preservação e valorização de suas memórias como parte de seu patrimônio cultural, reconhecendo que, ao serem registradas e compartilhadas, tais experiências permanecem como dimensão constitutiva do presente, fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica e orientando a projeção do futuro institucional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. M.; SILVA, C. M. C. S. Os arquivos escolares e a formação da memória educacional da Escola Estadual 26 de Agosto em Campo Grande – MS (1936-1982). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875807_85dc04948bee2cfeb5e989d9d8d4381e.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, v. 16, p. 111-122, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/9kRv9WpprV9j5jM5NMNPBSL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2026.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-normaatualizada-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 30 abr. 2026.

CÂMARA aprovou a criação da Escola Agro-Técnica. **A Razão**, Santa Maria, p. 8, 15 jan. 1961.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1. ed. 9. reimp. São Paulo: Contexto, 2023.

COSTA, I. T. M. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62/54>. Acesso em: 1 maio 2026.

DURANTI, L. **Diplomática**: usos nuevos para una antigua ciencia. Carmona: S&C, 1996.

ESCOLA AGROTÉCNICA DE SANTA MARIA. **Livro de atas**. Santa Maria, 1963-1986. 200 f. Manuscrito. Arquivo Permanente do Colégio Politécnico da UFSM.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. *In*: CADERNO de educação patrimonial. Brasília: IPHAN, 2009. v. 1. Disponível em: [https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em: 1 maio 2026.

GIL, C. Z. V.; POSSAMAI, Z. R. Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações. **Mouseion**, Canoas, n. 19, p. 13-26, 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1874>. Acesso em: 30 abr. 2026.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/50444>. Acesso em: 27 abr. 2026.

KOSSOY, B. **Fotografia & história**. 5. ed. 2. reimp. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MALTÊZ, C. R. *et al.* Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. **Pedagogia em Ação**, v. 2, n. 2, p. 39-49, 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/pedagogiacao/article/view/4840/5023>. Acesso em: 2 maio 2026.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Khoury. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 28 jan. 2026.

POSSAMAI, Z. R. Patrimônio e história da educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 36, p. 110-120, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/19976/pdf>. Acesso em: 1 maio 2026.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 11, p. 115-136, 2000. Disponível em: <https://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4709/4206>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SAVIANI, D. Instituições de memória e organizações de acervos para a história das instituições escolares. *In*: SILVA, J. C. da; ORSO, J. P.; MAGALHÃES, L. D. R. (org.). **História da educação**: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Alínea, 2013. p. 13-31.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. **Projeto pedagógico do Colégio Politécnico da UFSM**. Santa Maria, RS: UFSM, 2025. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/405/2025/01/PP-2025-Aprovado-no-Conselho-Diretor-13.01.2025.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2026.